

DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES DEU EM 2009 ÀS EMPRESAS UM LUCRO EXTRAORDINÁRIO SUPERIOR A 5.500 MILHÕES € DE DIFERENÇAS DE REMUNERAÇÕES NÃO PAGAS**RESUMO DESTES ESTUDO**

Muito brevemente comemora-se o 8 de Março de 2010. É altura apropriada para fazer um balanço da situação da mulher na economia e na sociedade portuguesa. É este o nosso contributo.

Em 2009, a população activa feminina com um nível de escolaridade até ao ensino básico representava 29,7% da população activa total, enquanto a masculina 38,1% da população activa. E a percentagem de mulheres com ensino secundário e superior representava 17,4% da população activa total, enquanto os homens com idêntica escolaridade constituíam 14,7% da população activa total. Idêntica situação se verificava em relação à população empregada. Em 2009, a população empregada feminina com um nível de escolaridade até ao ensino básico era 29,3% da população empregada total, enquanto a masculina correspondia a 38,1% da população empregada total. E as mulheres com ensino secundário e superior representavam 17,6% da população empregada total, e os homens apenas 15% da população empregada.

Apesar das mulheres possuírem um nível médio escolaridade superior ao dos homens em Portugal, as entidades patronais continuam a não reconhecer as suas competências. Por ex., a nível de “quadros superiores” a percentagem de mulheres, que era já minoritária em 2005, diminuiu de 33,9% para 31,4% entre 2005 e 2009. O mesmo sucedeu no grupo de “especialistas das profissões intelectuais e científicas” que, entre 2005 e 2009, a percentagem de mulheres baixou de 57,3% para 56,8%. Só nas profissões menos qualificantes é que a percentagem de mulheres aumentou entre 2005-2009. A nível de “Pessoal administrativo”, entre 2005 e 2009, aumentou de 63,1% para 64,4%; do “Pessoal de serviços e vendedores” subiu de 67,8% para 68,1%; dos “Trabalhadores não qualificados”, a percentagem de mulheres aumentou de 64,5% para 68,1% entre 2005 e 2009. Parece evidente a intenção das entidades patronais de discriminarem a mulher e de desvalorizarem as suas competências, e de as submeterem a uma maior exploração.

Mas esta discriminação toma, em Portugal, outras formas ainda mais agressivas. Pode-se mesmo afirmar que quanto maior é a escolaridade da mulher maior é a discriminação. De acordo o MTSS, em 2008, por ex., a remuneração média de uma mulher com escolaridade “inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico” correspondia a 81,2% da do homem com o mesmo nível de ensino, enquanto uma mulher com “Doutoramento” recebia apenas o correspondente a 71,8% do recebido por um homem com as mesmas habilitações literárias. Idêntica situação se verificava em relação às qualificações. Aqui também quanto mais elevada é a profissão qualificante da mulher maior é a discriminação. Em 2008, a remuneração média de uma trabalhadora com a categoria de “Praticante e Aprendiz” correspondia a 91,7% da de um homem com a mesma categoria profissional, enquanto a nível de “Quadros superiores”, onde a discriminação alcançava o seu nível mais elevado, a da mulher correspondia, em média, apenas a 69,7% da do homem.

Em Abril de 2009, segundo o MTSS, em Portugal a remuneração média das mulheres era apenas 76,5% da dos homens, e 12,1% eram abrangidas pelo SMN (os homens apenas 5,3%). Se multiplicarmos a diferença de remunerações (286,8€) pelo número de mulheres constantes dos quadros pessoal e depois por 14 meses, obtém-se 5.500 milhões de euros. Este é o lucro extraordinário mínimo obtido pelas empresas por discriminarem nas remunerações as mulheres.

São também as mulheres, apesar de terem um nível médio de escolaridade mais elevado, as mais atingidas pela precariedade e pelo desemprego de longa duração. Em 2009, 44,3% das trabalhadoras portuguesas ou estavam desempregadas ou tinham emprego precário, enquanto a percentagem de homens em idêntica situação era de 40,6%. Por outro lado, no fim do 4º Trim. 2009, 26,8% dos desempregados eram mulheres que já estavam no desemprego há um ano ou mais, enquanto a percentagem de homens em idêntica situação, na mesma altura, era de 22,8%.

Depois de ter sido discriminada e sobreexplorada pelas entidades patronais ao longo da vida, a mulher quando se reforma ou é atingida pela invalidez, sofre a discriminação nas pensões que a afecta profundamente. Em Janeiro de 2010, a pensão média de velhice da mulher em Portugal era apenas de 301,42 euros (o número de mulheres a receber pensão de velhice atingia 991.841), enquanto a pensão média do homem na mesma data era de 507,41 euros (o número de homens a receber pensão de velhice era 874.071), ou seja, a pensão velhice média da mulher correspondia apenas a 59% da do homem. Em relação à invalidez a pensão média da mulher era, em Janeiro de 2010, apenas de 290,85 (o número de mulheres a receber esta pensão era 148.319), enquanto a pensão média de invalidez dos homens era de 373,41 euros (149.192 homens recebiam a pensão de invalidez), ou seja, a pensão de invalidez média da mulher correspondia a 78% da do homem. No entanto, no distrito de Vila Real, em Janeiro de 2010, a pensão média de velhice da mulher era apenas de 264,70€, e a do homem de 325,41€. No distrito de Viseu, em Janeiro de 2010, a pensão média de invalidez da mulher era apenas de 254,49€ e a do homem de 281,68€. Os dados oficiais revelam não só uma grande desigualdade mas também uma profunda miséria que o governo tem procurado ocultar. É tudo isto que é preciso denunciar e alterar.

Dentro de poucos dias comemora-se novamente o Dia Internacional da Mulher. É altura de fazer mais uma vez um balanço da situação da mulher nas várias áreas da sociedade e da economia portuguesa para vermos qual é a sua situação actual e como ela tem evoluído nos últimos anos, até para mudar o que continua mal. Para isso, vai-se utilizar os dados oficiais disponíveis.

O NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES ACTIVAS É SUPERIOR À DOS HOMENS

Os dados do INE sobre a população activa feminina e masculina por níveis de escolaridade.

QUADRO I – População activa por sexo e por níveis de escolaridade

PORTUGAL	Sexo	2002	2005	2009	PERCENTAGEM HOMENS E MULHERES EM RELAÇÃO POPULAÇÃO ACTIVA TOTAL		
					2002	2005	2009
					Milhares de indivíduos		
Até ao básico - 3º ciclo	HM	4.194,1	4.006,0	3.788,6	77,6%	72,2%	67,9%
	H	2.385,3	2.262,3	2.128,5	44,1%	40,8%	38,1%
	M	1.808,8	1.743,8	1.660,1	33,4%	31,4%	29,7%
Secundário e pós-secundário	HM	680,5	805,7	939,4	12,6%	14,5%	16,8%
	H	348,1	404,6	474,8	6,4%	7,3%	8,5%
	M	332,5	401,1	464,6	6,1%	7,2%	8,3%
Superior	HM	533,1	733,1	854,7	9,9%	13,2%	15,3%
	H	204,4	296,7	345,6	3,8%	5,4%	6,2%
	M	328,7	436,4	509,1	6,1%	7,9%	9,1%
POPULAÇÃO ACTIVA TOTAL	HM	5.407,7	5.544,8	5.582,7	100,0%	100,0%	100,0%
POPULAÇÃO ACTIVA	H	2.937,8	2.963,6	2.948,9	54,3%	53,4%	52,8%
POPULAÇÃO ACTIVA	M	2.470,0	2.581,3	2.633,8	45,7%	46,6%	47,2%
TAXA DE ACTIVIDADE (população com 15 ou mais anos)	HM	62,0%	62,2%	62,5%			
TAXA DE ACTIVIDADE (população com 15 ou mais anos)	H	70,5%	69,4%	68,2%			
TAXA DE ACTIVIDADE (população com 15 ou mais anos)	M	54,2%	55,6%	56,0%			

FONTE. Estatísticas de Emprego - 4º Trimestre de 2009 - Dados anuais - INE

Em 2009, a população activa feminina com um nível de escolaridade até ao ensino básico (29,7% da população activa) era inferior à masculina (38,1% da população activa), enquanto a percentagem de mulheres com ensino secundário e superior (17,4% da população activa total) era superior à dos homens (apenas 14,7% da população activa total). Em números, as mulheres com o ensino secundário e superior somavam 937,7 mil, enquanto os homens eram apenas 820,4 mil. E as mulheres representaram, em 2009, apenas 47,2% da população total activa..

NÍVEL MÉDIO DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES EMPREGADAS É SUPERIOR À DOS HOMENS

O quadro seguinte, com dados do INE, mostra idêntica situação a nível da população empregada.

QUADRO II – População empregada por género e níveis de escolaridade

PORTUGAL	Sexo	2002	2005	2009	PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA (H+M)		
					2002	2005	2009
					Milhares de indivíduos		
Até ao básico - 3º ciclo	HM	3.986,8	3.694,8	3.405,6	77,6%	72,1%	67,4%
	H	2.286,8	2.107,9	1.927,2	44,5%	41,1%	38,1%
	M	1.700,1	1.586,9	1.478,4	33,1%	31,0%	29,3%
Secundário e pós-secundário	HM	643,3	740,9	848,8	12,5%	14,5%	16,8%
	H	331,7	377,5	436,9	6,5%	7,4%	8,6%
	M	311,6	363,4	412,0	6,1%	7,1%	8,2%
Superior	HM	507,1	686,9	799,7	9,9%	13,4%	15,8%
	H	197,9	280,0	323,5	3,9%	5,5%	6,4%
	M	309,2	406,9	476,1	6,0%	7,9%	9,4%
TOTAL - HM	HM	5.137,2	5.122,6	5.054,1	100,0%	100,0%	100,0%
TOTAL - H	H	2.816,4	2.765,4	2.687,6	54,8%	54,0%	53,2%
TOTAL - M	M	2.320,9	2.357,2	2.366,5	45,2%	46,0%	46,8%

FONTE. Estatísticas de Emprego - 4º Trimestre de 2009 - Dados anuais - INE

Em 2009, a população empregada feminina com um nível de escolaridade até ao ensino básico (29,3% da população empregada total) era inferior à masculina (38,1% da população empregada total), enquanto a percentagem de mulheres com ensino secundário e superior (17,6% da população empregada total) era superior à dos homens (apenas 15% da população empregada total). Em números, as mulheres com o ensino secundário e superior somavam 888,1 mil, enquanto os homens eram apenas 760,4 mil. E isto apesar das mulheres representarem, em 2009, apenas 46,8% da população empregada total.

Interessa agora analisar como as entidades patronais valorizam a mulher em Portugal em termos de profissão e de remuneração. É o que se vai fazer seguidamente utilizando apenas dados oficiais.

A NIVEL DE PROFISSÕES MAIS QUALIFICADAS E MAIS BEM PAGAS A MAIORIA DOS LUGARES CONTINUA A SER OCUPADO POR HOMENS

O quadro seguinte, construído com dados divulgados já em 2010 pelo INE, mostra a população empregada feminina e masculina repartida por profissões.

QUADRO III – População empregada por profissão principal e por género

Portugal	Sexo	2002	2005	2009	PERCENTAGEM HOMENS E MULHERES POR GRUPO PROFISSIONAL		
					2002	2005	2009
		Milhares de indivíduos			Em %	Em %	Em %
População empregada	HM	5 137,3	5 122,6	5 054,1	100,0%	100,0%	100,0%
	H	2 816,4	2 765,4	2 687,6	54,8%	54,0%	53,2%
	M	2 320,9	2 357,2	2 366,5	45,2%	46,0%	46,8%
Profissão (CNP-94)							
	1: Quadros superiores da Administração Pública, diríg. e quadros superiores de empresa						
	HM	375,9	468,5	333,4	100,0%	100,0%	100,0%
	H	264,8	309,5	228,7	70,4%	66,1%	68,6%
	M	111,0	159,0	104,7	29,5%	33,9%	31,4%
2: Especialistas das profissões intelectuais e científicas	HM	350,5	438,7	476,9	100,0%	100,0%	100,0%
	H	143,7	187,3	205,8	41,0%	42,7%	43,2%
	M	206,8	251,4	271,1	59,0%	57,3%	56,8%
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	HM	378,8	439,6	477,8	100,0%	100,0%	100,0%
	H	211,2	248,5	255,5	55,8%	56,5%	53,5%
	M	167,6	191,1	222,3	44,2%	43,5%	46,5%
4: Pessoal administrativo e similares	HM	491,6	506,7	477,6	100,0%	100,0%	100,0%
	H	186,5	186,8	170,3	37,9%	36,9%	35,7%
	M	305,0	319,9	307,4	62,0%	63,1%	64,4%
5: Pessoal dos serviços e vendedores	HM	701,4	695,7	798,5	100,0%	100,0%	100,0%
	H	238,1	224,3	254,7	33,9%	32,2%	31,9%
	M	463,3	471,4	543,9	66,1%	67,8%	68,1%
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	HM	578,3	560,0	552,3	100,0%	100,0%	100,0%
	H	292,5	276,6	290,3	50,6%	49,4%	52,6%
	M	285,8	283,5	262,0	49,4%	50,6%	47,4%
7: Operários, artífices e trabalhadores similares	HM	1 089,2	955,8	915,1	100,0%	100,0%	100,0%
	H	846,6	749,7	746,7	77,7%	78,4%	81,6%
	M	242,6	206,0	168,4	22,3%	21,6%	18,4%
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	HM	441,3	409,3	400,6	100,0%	100,0%	100,0%
	H	339,5	336,0	320,5	76,9%	82,1%	80,0%
	M	101,9	73,4	80,0	23,1%	17,9%	20,0%
9: Trabalhadores não qualificados	HM	700,5	619,7	592,6	100,0%	100,0%	100,0%
	H	265,7	220,3	189,1	37,9%	35,5%	31,9%
	M	434,9	399,4	403,5	62,1%	64,5%	68,1%

FONTE. Estatísticas de Emprego - 4º Trimestre de 2009 - Dados anuais - INE

Por profissões, em 2009, as mulheres eram maioritárias já nas seguintes profissões: (1) Especialistas das profissões intelectuais e científicas (56,8% dos especialistas); (2) Pessoal administrativo e similares (64,4%); (3) Pessoal dos serviços e vendedores (68,1%); (3) Trabalhadores não qualificados (68,1%). Estavam em minoria nas seguintes profissões : (a) Quadros superiores (31,4%); (b) Técnicos e profissionais de nível intermédio (46,5%); (c)

Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (47,4%); (d) Operários, artífices e trabalhadores similares (18,4%); (e) Operadores de instalações e máquinas (20%).

No entanto, se analisarmos a evolução no período 2005-2009, conclui-se o seguinte. A nível de “quadros superiores” as mulheres perderam posições (entre 2005 e 2009, diminuem de 33,9% para 31,4%). O mesmo sucede no grupo de “especialistas das profissões intelectuais e científicas” (entre 2005 e 2009, a percentagem de mulheres baixa de 57,3% para 56,8%). Mas a nível de profissões menos qualificantes a percentagem de mulheres aumenta. Por ex., a nível de “Pessoal administrativo”, entre 2005 e 2009, sobe de 63,1% para 64,4%; de “Pessoal de serviços e vendedores” aumenta de 67,8% para 68,1%; de “Trabalhadores não qualificados”, entre 2005 e 2009, a percentagem de mulheres aumenta de 64,5% para 68,1%. Parece claro a intenção das entidades patronais de desvalorizarem a importância da mulher e das suas competências..

Esta conclusão é confirmada quando se analisa as remunerações de homens e mulheres por profissões qualificantes e por níveis de escolaridade. É o que se vai fazer seguidamente.

QUANTO MAIOR SÃO AS HABILITAÇÕES LITERÁRIAS DA TRABALHADORA MAIOR É A DISCRIMINAÇÃO REMUNERATÓRIA EM PORTUGAL

O quadro seguinte, que contém os dados mais recentes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, revela que quanto maior são as habilitações literárias da mulher, maior é discriminação remuneratória imposta pelas entidades patronais (uma forma de exploração acrescida).

QUADRO IV – Remunerações medias mensais por género e por habilitações literárias em 2008

GRUPOS POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	Remuneração Média Mensal Ganho – Em euros			% M/H
	HOMEM	MULHER	TOTAL	
Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	681,41	553,44	636,38	81,2%
1º Ciclo do Ensino Básico	811,78	587,96	726,96	72,4%
2º Ciclo do Ensino Básico	828,34	602,45	741,34	72,7%
3º Ciclo do Ensino Básico	932,35	699,94	837,85	75,1%
Ensino Secundário	1.259,55	901,47	1.084,03	71,6%
Ensino pós Secundário não Superior Nível IV	1.176,81	961,25	1.074,35	81,7%
Bacharelato	2.137,92	1.439,05	1.786,52	67,3%
Licenciatura	2.386,64	1.599,92	1.954,48	67,0%
Mestrado	2.366,63	1.651,42	2.017,64	69,8%
Doutoramento	2.552,20	1.832,50	2.221,81	71,8%
TOTAL	1.112,45	871,65	1.008,00	78,4%

FONTE: GEP – Ministério do Trabalho e Solidariedade Social - Quadros de Pessoal 2008

De acordo com os dados dos Quadros de Pessoal, em 2008, a remuneração média das mulheres correspondia a 78,4% da dos homens Mas se a análise for feita por níveis de habilitações literárias conclui-se que existem diferenças importantes entre os diferentes níveis. De uma forma geral pode-se dizer que a discriminação é tanto maior quanto maior são as habilitações literárias da trabalhadora. Por ex., a remuneração de uma trabalhadora com habilitações literárias “inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico” correspondia, em média, a 81,2% da do homem com o mesmo nível de escolaridade, enquanto uma trabalhadora com “Doutoramento” recebia, em média, apenas o correspondente a 71,8% do recebido por um homem com o mesmo nível escolar.

Se dividirmos as habilitações literárias em dois grandes grupos, um que vai desde o nível “Inferior ao 1º ciclo do Ensino Básico” até ao “Ensino Pós Secundário não Superior ao nível IV”, e o outro abrangendo os níveis “Bacharelato”, “Licenciatura”, “Mestrado” e “Doutoramento” conclui-se que, em relação ao 1º grupo a remuneração da mulher varia em média entre 71,6% e 81,7% da do homem, enquanto no segundo, de nível de escolaridade muito mais elevada, a remuneração média da mulher varia entre 67,3% e 71,8% da do homem com idêntico nível de habilitações literárias. É clara a discriminação remuneratória que as entidades patronais continuam a impôr às trabalhadoras, submetendo-as a uma exploração ainda maior do que submetem os homens

QUANTO MAIOR É A QUALIFICAÇÃO DA TRABALHADORA MAIOR É A DISCRIMINAÇÃO REMUNERATÓRIA QUE ELA ESTÁ SUJEITA EM PORTUGAL PELAS ENTIDADES PATRONAIS

Uma situação ainda mais grave do que a verificada a nível de habilitações literárias, observa-se a nível das profissões qualificantes como mostram os dados do quadros de pessoal do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social constantes do quadro seguinte.

QUADRO V – Remunerações médias mensais por género e grupos profissionais em 2008

GRUPOS PROFISSIONAIS POR NOVEIS DE QUALIFICAÇÃO	GANHOS MÉDIOS- Euros			% M/H
	HOMEM	MULHER	TOTAL	
Quadros Superiores	2.797,60	1.949,54	2.444,78	69,7%
Quadros Médios	1.922,47	1.535,66	1.754,56	79,9%
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de equipa	1.376,72	1.154,42	1.316,79	83,9%
Profissionais Altamente Qualificados	1.509,14	1.289,93	1.408,18	85,5%
Profissionais Qualificados	882,34	747,06	831,89	84,7%
Profissionais Semiqualficados	765,71	626,12	682,81	81,8%
Profissionais não Qualificados	638,31	540,77	592,21	84,7%
Praticantes e Aprendizizes	595,39	546,00	570,22	91,7%
TOTAL	1.112,45	871,65	1.008,00	78,4%

FONTE: Quadros de Pessoal - GEP - Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Efectivamente, quando mais se sobe nas profissões associadas a níveis de qualificação mais elevados, maior é a discriminação remuneratória imposta às trabalhadoras portuguesas pelas entidades patronais. Assim, em 2008, a remuneração média da trabalhadora com a categoria de “Praticante e Aprendiz” correspondia a 91,7% da do homem com a mesma categoria profissional; a de uma “profissional não qualificada” já era, em média, correspondente a 84,7% da homem, o mesmo acontecendo com a de uma trabalhadora com a categoria de “Profissional Qualificado”. Em relação aos “Profissionais altamente qualificados” a remuneração média de uma trabalhadora correspondia a 85,5% da do homem, mas a de Encarregado a da mulher já correspondia a 83,9% da do homem. A nível de “Quadros médios” a discriminação era ainda maior, pois a da mulher correspondia, em média, a 79,9% da do homem, e a nível de “Quadros superiores” a discriminação remuneratória alcançava o seu nível mais elevado, já que a da mulher correspondia, em média, apenas a 69,7% da do Homem.

EM ABRIL DE 2009, REMUNERAÇÃO MÉDIA DA MULHER EM PORTUGAL CORRESPONDIA APENAS A 76% DA HOMEM

A desigualdade remuneratória anterior é confirmada por dados ainda mais recentes. É o que revelam os dados do quadro seguinte divulgados pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade

QUADRO VI- Remuneração média mensal do trabalhadores em Portugal - Euros.

DESIGNAÇÃO	2006		2007		2008		2009
	Abril	Outubro	Abril	Outubro	Abril	Outubro	Abril
HOMEM	1.094,2	1.111,8	1.143,0	1.152,9	1.185,8	1.190,4	1.220,0
MULHER	825,5	829,8	859,0	869,5	894,6	906,2	933,2
%M/H	75,4%	74,6%	75,2%	75,4%	75,4%	76,1%	76,5%

FONTE: Boletim Estatístico - Janeiro/Fevereiro de 2010- Ministério Trabalho

Em Abril de 2009, a remuneração média das mulheres em Portugal correspondia apenas a 76,5% da dos homens e, entre 2006 e 2009, a melhoria foi pouco significativa (apenas 1,1 pp). Também segundo o mesmo Boletim Estatístico do MTSS, em Abril de 2009, a percentagem de homens abrangidos pelo salário mínimo nacional (SMN) era de 5,3%, enquanto o de mulheres atingia 12,1%, ou seja, duas vezes, o que é uma consequência dos salários mais baixos que auferem

MAIS DE 1,2 MILHÃO DE TRABALHADORAS OU ESTÃO DESEMPREGADAS OU ESTÃO NUMA SITUAÇÃO DE EMPREGO PRECÁRIO E ESTA SITUAÇÃO TEM-SE AGRAVADO DESDE 2004

Para além da discriminação remuneratória a que estão sujeitas, são também as mulheres que continuam a ser as mais atingidas pelo desemprego e pela situação de emprego precário, como mostram os dados do INE constantes do quadro seguinte.

QUADRO VII – O desemprego e a precariedade por género em Portugal no período 2004-2009

PROFISSÃO	2004		2009		TOTAL (H + M)	
	H	M	H	M	2004	2009
	Mil	Mil	Mil	Mil	Mil	Mil
1-POPULAÇÃO ACTIVA	2.957,0	2.530,8	2.948,9	2.633,9	5.487,8	5.582,8
2- POPULAÇÃO ACTIVA + INACTIVOS (1+8)	2.984,1	2.582,7	2.980,1	2.674,6	5.566,8	5.654,7
3-Contratos a prazo	272,9	297,5	336,3	359,1	570,4	695,4

4-Outros	102,7	77,5	79,8	74,8	180,2	154,6
5-Trabalhadores por conta própria	496,9	413,2	476,7	403,7	910,1	880,4
6-Desempregados	172,9	192,2	261,3	267,4	365,1	528,7
7-Subemprego visível	20,8	40,5	25,6	39,0	61,3	64,6
8-Inactivos disponíveis	27,1	51,9	31,2	40,7	79,0	71,9
9-TOTAL PRECÁRIOS (3+4+5+6+7+8)	1.093,3	1.072,8	1.210,9	1.184,7	2.166,1	2.395,6
% TOTAL PRECÁRIOS/(POPULAÇÃO ACTIVA +INACTIVOS) (9:2)	36,6%	41,5%	40,6%	44,3%	38,9%	42,4%

FONTE. Estatísticas de Emprego - 4º Trimestre de 2009 - Dados anuais – INE

Em 2009, 44,3% das trabalhadoras portuguesas ou estavam desempregadas ou tinham emprego precário, enquanto a percentagem de homens em idêntica situação era de 40,6%. Entre 2004 e 2009, a precariedade aumentou muito entre as mulheres trabalhadores pois a percentagem de trabalhadoras nessa situação cresceu, neste período, de 41,5% para 44,3%.

O DESEMPREGO DE LONGA DURAÇÃO ESTÁ A ATINGIR FUNDAMENTALMENTE AS MULHERES

Um dos aspectos mais graves da situação actual é que o desemprego de longa duração, que afasta os trabalhadores muito vezes definitivamente do mercado de trabalho, está a atingir muito mais as trabalhadoras como revelam os dados do INE constantes do quadro seguinte.

QUADRO VIII – População desempregada por duração da procura de emprego e por sexo

PORTUGAL	Sexo	2002	2005	2009	4º Trimestre 2009	PERCENTAGEM HOMENS E MULHERES EM RELAÇÃO TOTAL DESEMPREGADOS			
						2002	2005	2009	4º Trim. 2009
						Milhares de indivíduos			
DESEMPREGO TOTAL	HM	270,5	422,3	528,6	563,3	100%	100%	100%	100%
	H	121,4	198,1	261,3	279,9	44,9%	46,9%	49,4%	49,7%
	M	149,1	224,1	267,4	283,4	55,1%	53,1%	50,6%	50,3%
Duração da procura (a):									
Menos de 1 mês	HM	21,9	23,6	30,1	23,4	8,1%	5,6%	5,7%	4,2%
	H	10,4	11,3	14,8	11,7	3,8%	2,7%	2,8%	2,1%
	M	11,4	12,3	15,3	11,7	4,2%	2,9%	2,9%	2,1%
1 a 6 meses	HM	109,1	123,4	167,9	171,5	40,3%	29,2%	31,8%	30,4%
	H	50,2	60,1	88,2	85,9	18,6%	14,2%	16,7%	15,2%
	M	58,9	63,4	79,7	85,5	21,8%	15,0%	15,1%	15,2%
7 a 11 meses	HM	36,1	61,6	82,7	86,5	13,3%	14,6%	15,6%	15,4%
	H	15,7	28,5	44,5	52,1	5,8%	6,7%	8,4%	9,2%
	M	20,4	33,2	38,2	34,3	7,5%	7,9%	7,2%	6,1%
12 a 24 meses	HM	49,6	105,0	105,7	124,0	18,3%	24,9%	20,0%	22,0%
	H	21,5	52,1	49,4	58,6	7,9%	12,3%	9,3%	10,4%
	M	28,1	53,0	56,3	65,4	10,4%	12,6%	10,7%	11,6%
25 e mais meses	HM	51,1	105,8	140,1	155,5	18,9%	25,1%	26,5%	27,6%
	H	22,1	44,9	63,5	69,7	8,2%	10,6%	12,0%	12,4%
	M	28,9	60,9	76,6	85,7	10,7%	14,4%	14,5%	15,2%

FONTE. Estatísticas de Emprego - 4º Trimestre de 2009 - Dados anuais – INE

No fim do 4º Trimestre de 2009, 26,8% dos desempregados eram mulheres que já estavam no desemprego há um ano ou mais, enquanto a percentagem de homens em idêntica situação, na mesma altura, era de 22,8%. Por outro lado, entre 2002 e 2009, a percentagem de mulheres no desemprego há um ano ou mais aumentou de 21,4% para os 26,8% já referidos, mostrando uma clara tendência de agravamento. E isto apesar das mulheres possuírem em Portugal, como se mostrou, um nível médio de escolaridade superior ao da população masculina

DISCRIMINAÇÃO DA MULHER CONTINUA QUANDO SE REFORMA OU É ATINGIDA PELA INVALIDEZ

Depois de ter sido discriminada e sobreexplorada pelas entidades patronais, a mulher, quando se reforma ou é atingida pela invalidez, a discriminação agora de pensões continua a afectá-la profundamente como mostram os dados da Segurança Social de Janeiro de 2010.

QUADRO IX – Pensões de velhice e de invalidez por sexo em Janeiro de 2010

DISTRITOS	Pensão Média Velhice - Euros			Pensão Média Invalidez -Euros		
	Mulheres	Homens	% M/H	Mulheres	Homens	% M/H
Aveiro	288,30	479,25	60%	281,73	355,83	79%
Beja	281,13	370,29	76%	281,08	333,96	84%
Braga	299,86	431,60	69%	307,92	344,91	89%
Bragança	263,01	298,29	88%	255,56	267,90	95%
Castelo Branco	272,62	368,87	74%	279,85	319,97	87%
Coimbra	277,01	446,76	62%	284,07	386,83	73%
Évora	293,22	429,29	68%	305,43	374,56	82%
Faro	288,51	426,23	68%	281,71	341,92	82%
Guarda	268,90	333,49	81%	269,27	305,80	88%
Leiria	286,44	437,03	66%	304,90	418,68	73%
Lisboa	346,54	719,71	48%	291,08	415,34	70%
Portalegre	278,97	399,62	70%	287,40	351,85	82%
Porto	316,59	571,51	55%	293,94	377,15	78%
Santarém	285,65	456,41	63%	294,20	388,57	76%
Setúbal	307,69	640,58	48%	308,74	469,00	66%
Viana Castelo	274,67	352,07	78%	280,38	359,77	78%
Vila Real	264,70	325,41	81%	261,55	278,48	94%
Viseu	268,52	348,72	77%	254,49	281,68	90%
R.A. Açores	276,94	403,66	69%	291,00	393,70	74%
R.A. Madeira	306,65	449,42	68%	298,10	412,93	72%
Outros	201,89	201,33	100%	227,81	230,44	99%
TOTAL	301,42	507,54	59%	290,85	373,41	78%

FONTE: Segurança Social - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Em Janeiro de 2010, a pensão média de velhice da mulher em Portugal era apenas de 301,42 euros (o numero de mulheres a receber pensão de velhice era de 991.841), enquanto a pensão média do homem na mesma data era de 507,54 euros (o numero de homens a receber pensão de velhice era 874.071), ou seja, a pensão velhice média da mulher correspondia apenas a 59% da do homem. Em relação à invalidez, a pensão média da mulher era, em Janeiro de 2010, apenas de 290,85 euros (o numero de mulheres a receber esta pensão era 148.319), enquanto a pensão média de invalidez dos homens era de 373,41 euros (149.192 homens recebiam a pensão de invalidez), ou seja, a pensão de invalidez média da mulher correspondia e 78% da do homem.

Mas ainda existiam situações mais graves que os valores médios escondem. Por ex., a pensão média de velhice da mulher (346,54€) correspondia apenas 48 % da do homem (719,71€) no distrito de Lisboa ; a 55% no distrito do Porto (M:316,59€, H:571,51€); etc. Para além disso, existem distritos onde a desigualdade é menor em termos percentuais mas onde as pensões são muito inferiores mesmo em relação às pensões médias nacionais. É o caso do distrito de Vila Real onde, em Janeiro de 2010, a pensão média de velhice da mulher era apenas de 264,70€, e a do homem de 325,41€.

As pensões de invalidez ainda têm valores muito mais baixos. Por ex., no distrito de Viseu, em Janeiro de 2010, a pensão media de invalidez da mulher era apenas de 254,49€ e a do homem de 281,68€, apesar da mulher corresponder a 90% da do homem.

Os próprios dados oficiais que utilizamos neste estudo revelam não só uma grande desigualdade mas também uma profunda miséria que o governo tem procurado ocultar. E são pensões desta natureza, que o pensamento neoliberal único, que agora reaparece de novo nos media, defende que sejam reduzidas, com a justificação que o nível de despesas com prestações sociais é incompatível com a redução do défice orçamental, como a dimensão e nos prazos que eurocratas de Bruxelas pretendem e que, como é habitual, este governo vai aceitar obedientemente traduzindo esses ditames no PEC, e não olhando às consequências económicas e sociais.

Eugénio Rosa
Economista
edr2@netcabo.pt
6.3.2010